

Sisley Participações S.A

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2024 e 2023
com o Relatório dos Auditores Independentes

Sisley Participações S/A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da **Sisley Participações S.A**

Rio de Janeiro, RJ.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sisley Participações S.A ("Companhia") que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Sisley Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correespondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O


Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O

Raul Cacio Soncin Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balancos Patrimoniais

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	190	25.403	16.561	40.959
Títulos e valores mobiliários	3	-	-	10.794	28.766
Contas a receber de clientes	4	-	-	115.385	140.672
Estoque de direitos autorais	5	-	-	7.162	8.415
Impostos a recuperar		212	1	3.884	3.199
Adiantamentos de despesas		-	-	2.065	929
Outros créditos		418	-	663	63
Total do Ativo Circulante		820	25.404	156.512	223.003
Ativo não Circulante					
Partes Relacionadas	11	-	-	33.158	50.149
Ativo Fiscal Diferido	13.2	-	-	14.321	-
Depósitos Judiciais	12.2	-	-	47	-
Outros Direitos		-	-	57	59
Investimentos	6	146.647	122.494	163	1.436
Instrumentos Financeiros		-	-	1.352	1.799
Intangível	7	-	-	187.697	196.946
Direito de Uso	9	-	-	6.223	6.384
Imobilizado	8	-	-	12.298	15.019
Total do Ativo não Circulante		146.647	122.494	255.314	245.841
Total do Ativo		147.467	147.898	411.826	468.843
Passivo Circulante					
Contas a Pagar a Fornecedores		-	1	14.284	17.561
Professores Autores e Coaching		-	-	4.642	5.782
Empréstimos e Financiamentos	10	-	-	-	4.865
Obrigações Trabalhistas		-	-	11.487	15.484
Impostos a Recolher		3	-	4.496	4.233
Passivo de Arrendamento	9	-	-	2.556	1.742
Receita Diferida	14	-	-	207.115	182.368
Outras Obrigações		6	6	1.558	1.734
Total do Passivo Circulante		9	7	246.138	233.769
Passivo não Circulante					
Obrigações Cotas Fundo de Investimentos	6	-	-	27.377	42.305
Receita Diferida	14	-	-	21.165	65.843
Provisão para Contingências	12.1	-	-	86	12.409
Passivo de Arrendamento	9	-	-	4.889	4.765
Impostos Diferidos	13.2	-	-	1.112	4.318
Empréstimos e Financiamentos	10	42.698	25.951	-	5.676
Outras Obrigações		-	-	6.638	4.381
Total do Passivo não Circulante		42.698	25.951	61.267	139.697
Patrimônio Líquido					
Capital Social	15.1	120.672	161.076	120.672	161.076
Outras Reservas	6.1	1.067	915	1.067	915
Prejuízos Acumulados	15.2	(16.979)	(40.051)	(16.979)	(40.051)
Patrimônio Líquido		104.760	121.939	104.760	121.939
Participação de não Controladores		-	-	(339)	(26.416)
Total do Patrimônio Líquido		104.760	121.939	104.421	95.377
Total do Passivo		147.467	147.898	411.826	468.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Líquida	16	-	-	378.097	285.462
Custo de Vendas e Serviços Prestados	17	-	-	(102.053)	(88.580)
Lucro Bruto		-	-	276.044	196.882
Despesas Operacionais					
Despesas Comerciais	17	-	-	(13.633)	(9.601)
Despesas Gerais e Administrativas	17	(272)	(213)	(215.398)	(173.148)
		(272)	(213)	(229.031)	(182.749)
Resultado em Participações Societárias					
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	27.695	(148)	78	(43)
Amortização de Mais-Valia	6	(3.692)	(3.692)	(3.692)	(3.692)
		24.003	(3.841)	(3.614)	(3.735)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		23.731	(4.054)	43.399	10.398
Resultado Financeiro Líquido					
Receitas Financeiras	18	943	-	6.631	4.211
Despesas Financeiras	18	(1.602)	(701)	(8.208)	(11.262)
		(659)	(701)	(1.577)	(7.051)
Resultado não operacional					
Resultado na venda de imobilizado		-	-	-	(29)
		-	-	-	(29)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		23.072	(4.755)	41.822	3.318
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	13.1	-	-	(13.825)	(3.894)
Diferido	13.1	-	-	21.156	(4.318)
		-	-	7.331	(8.212)
Lucro (Prejuízo) do Exercício Consolidado		23.072	(4.755)	49.153	(4.894)
Participação de não Controladores		-	-	(26.081)	139
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		23.072	(4.755)	23.072	(4.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (Prejuízo) do Exercício Consolidado		23.072	(4.755)	49.153	(4.894)
Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		23.072	(4.755)	49.153	(4.755)
De Controladores		23.072	(4.755)	23.072	(4.755)
De não Controladores		-	-	26.081	(139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	AFAC	Outras reservas	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido	Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		159.253	1.638	768	(35.297)	126.362	(26.564)	99.798
Aporte de AFAC	15.1	-	185	-	-	185	-	185
Outras Reservas de Investimento	6.1	-	-	147	-	147	139	286
Prejuízo do Exercício	15.2	-	-	-	(4.755)	(4.755)	(138)	(4.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		159.253	1.823	915	(40.052)	121.939	(26.563)	95.376
Aporte de AFAC	15.1	-	(1.823)	-	-	(1.823)	-	(1.823)
Aumento de Capital Social	15.1	(38.580)	-	-	-	(38.580)	-	(38.580)
Outras Reservas de Investimento	6.1	-	-	152	-	152	143	295
Lucro Líquido do Exercício	15.2	-	-	-	23.072	23.072	26.081	49.153
Saldo em 31 de dezembro de 2024		120.673	-	1.067	(16.980)	104.760	(339)	104.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	23.072	(4.755)	49.154	(4.894)
Ajustes:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(27.695)	148	(78)	43
Amortização e Depreciação	-	-	20.682	2.595
Ativo Fiscal Constituído	-	-	(14.321)	-
Provisão para bônus	-	-	319	4.547
Baixa de imobilizado	-	-	15	66
Baixa de direito de uso	-	-	715	-
Baixa de passivo de arrendamento	-	-	(928)	-
Amortização de Mais-Valia	3.692	3.693	3.692	3.693
Juros sobre empréstimos	-	-	746	2.369
Provisão para contingências	-	-	(12.323)	5.522
Valor justo outorga	-	-	1.069	1.409
Valor sobre arrendamento	-	-	760	262
Juros sobre mútuo	-	-	(2.735)	(188)
Juros FIDC	-	-	3.233	5.754
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(2.784)	-
	(930)	(914)	47.216	21.178
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(5.130)	(45.371)
Contas a pagar	(1)	1	(3.277)	12.832
Estoques de direitos autorais	-	-	1.253	(1.395)
Professores, autores e coaching	-	-	(1.140)	1.224
Receita diferida	-	-	(19.931)	102.501
Adiantamentos	(418)	-	(1.554)	15
Obrigações trabalhistas	-	-	(4.316)	(3.143)
Impostos a recolher e a recuperar	(208)	-	(422)	(1.036)
Outros ativos e passivos	-	1	(355)	984
Arrendador a pagar	-	-	-	5.231
Depósitos judiciais	-	-	(47)	10
Plano de incentivo a pagar	-	-	3.140	-
Juros pagos de arrendamentos	-	-	(760)	(262)
Imposto diferido	-	-	(3.206)	4.318
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(329)	(2.369)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(1.557)	(912)	11.142	94.717
Fluxo das atividades de investimento				
Aquisição de Investida	-	-	(200)	(1.622)
Conta Escrow – Goodwill	-	138	-	138
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	20.756	(19.556)
Aquisição de intangível	-	-	(1.232)	(4.107)
Aquisição de imobilizado	-	-	(9.636)	(1.934)
Mútuos a receber	-	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	138	9.688	(27.081)
Fluxo das atividades de financiamento				
Integralização de capital social	(38.580)	-	(38.580)	-
AFAC	(1.823)	185	(1.823)	185
Captação / (Pagamento) de empréstimos	-	25.952	(10.541)	21.493
Mútuo com partes relacionadas	16.746	-	(5.026)	(49.961)
Obrigações cotas fundo de investimentos	-	-	(18.161)	(15.069)
Pagamento principal de arrendamento	-	-	(1.098)	-
Antecipação de recebíveis	-	-	30.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(23.657)	26.137	(45.229)	(43.352)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	25.404	41	40.960	16.675
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	190	25.404	16.561	40.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sisley Participações S.A ("Companhia") foi constituída em 14 de novembro de 2018 sob a denominação social Plitvice Empreendimentos e Participações S.A (antiga denominação da Companhia), com sede em São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades operacionais não financeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista (holding). Permaneceu em processo pré-operacional até 2019, quando alterou sua denominação social para Sisley Participações S.A e teve a totalidade de suas ações adquiridas pela Kalon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Sisley realizou a compra de 32,5% de participação da Estratégia Educacional Participações S.A. ("Estratégia Educacional"). A Estratégia Educacional foi constituída em 19 de julho de 2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitais (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on-line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

Em julho de 2021, a Sisley optou por adquirir os 17,5% de participação previstos no SPA e mais 1,5% de participação adicional, perfazendo o total de 19% de participação da Estratégia Educacional Participações S.A, após a referida transação a Sisley passa a exercer o controle societário com participação total de 51,5% das ações da investida.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O exercício social da Companhia inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ou custo amortizado, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos por meio de resultado e os ajustes para o valor justo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração em 14 de maio de 2025.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Participação	Percentual Participação	
		31/12/2024	31/12/2023
Estratégia Educacional Participações S.A ("Estratégia")	Direta	51,50%	51,50%
Estratégia Concursos S.A.	Indireta	51,50%	51,50%
Estratégia Educacional Fundo de Investimento	Indireta	6,42%	16,19%
Tutory Ensino Ltda	Indireta	18,25%	18,25%

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações

2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, A Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o diretor e gerente financeiros. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.7. Mensuração do valor justo -- Continuação

Para fins de divulgações do valor justo, A Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa em espécie, contas bancárias e aplicações de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. E são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Essas aplicações são mensuradas ao custo no reconhecimento inicial, acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo estes registrados na demonstração do resultado do exercício.

2.9. Títulos e valores mobiliários

Compreendem aplicações financeiras que não são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor e/ou têm vencimentos superiores a 90 dias.

2.10. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou o passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Companhia (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo.

Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

No final de cada período de divulgação, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

A Companhia baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem gerar variações nos valores justos estimados.

2.11. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando relevante, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

2.12. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Estoques

Os estoques consistem majoritariamente sobre direitos autorais sobre as vendas de cursos e pacotes em livros digitais. Seus valores são calculados com base em um percentual aplicado sobre o valor das vendas, com percentual estabelecido em contrato. Demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, os estoques consistem em direitos autorais sobre vendas de cursos e pacotes dos livros digitais. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.14. Investimentos

A Companhia possui investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

2.15. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.16. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.17. Arrendamentos

O Grupo aluga diversos andares de prédios comerciais para sua operação e atividades administrativas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo. São depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

2.18. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do “impairment” no fim de cada exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.19. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é reconhecida na demonstração do resultado na medida em que os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços são efetivamente prestados mediante o valor estabelecido pela Administração.

A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado para download e utilização do aluno, seja ele apostila, provas e/ou vídeo aulas e os serviços prestados referem-se aos serviços de resposta aos fóruns de pergunta, monitoria e auxílio aos alunos, aula online, entre outros.

Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas de acordo com a vigência contratual.

As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado conforme a disponibilização de materiais para o cliente.

A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados.

2.20. Impostos de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

2.21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.22. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou de forma consolidada, a Administração Central como única unidade geradora de caixa.

2.24. Pagamento baseado em ações

O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações estão de acordo com as normas adotadas no Brasil. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

O Grupo também possui planos de pagamento por caixa, baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados, em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento em caixa, baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil.

O valor das ações outorgadas no referido plano é mensurado e reconhecido pelo seu respectivo valor justo mensurado a cada data de reporte, em contrapartida ao correspondente aumento no passivo da Companhia, contabilizando o referido plano à medida em que os serviços são prestados pelos funcionários e prestadores de serviços, beneficiários do plano, ou seja, ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), com o correspondente aumento do passivo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis

2.25. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Alterações ao IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

2.25. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas, retrospectivamente.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As Alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa & Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de caixa, equivalente de caixa e TVM são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários	138	-	186	615
Fundos de Investimentos	52	25.403	16.375	40.344
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	10.794	28.766
Total	190	25.403	27.355	69.725
Caixa e Equivalentes de Caixa	190	25.403	16.561	40.959
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	10.794	28.766

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos é remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia por meio de instrumentos conservadores de baixo risco, com taxa de rentabilidade média 97,5% do CDI (94,0% em 2023), podendo ser resgatados a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos de renda fixa. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais.

4. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de contas a receber de clientes são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	186.149	177.390
Saldo direitos creditórios cedidos	(23.181)	(36.718)
Saldo de antecipação de recebíveis	(29.583)	-
Total	115.385	140.672

O saldo da rubrica contas a receber de clientes não possui saldos vencidos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração concluiu não haver necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento.

Em março de 2024, a Companhia antecipou recebíveis com o Bradesco, no montante de R\$ 10.687, para a quitação do empréstimo bancário do Banco ABC, veja nota explicativa nº10. O saldo foi 100% amortizado, em novembro de 2024. Em dezembro de 2024, antecipou recebíveis novamente com o Bradesco, no montante de R\$ 30.000, e o saldo, em 31 de dezembro de 2024, desta rubrica, será 100% amortizado até março de 2025, a não ser que a Administração decida realizar novas operações de antecipação.

5. Direitos Autorias

A Companhia registra seus estoques de direitos autorais mediante pagamento do custo em função do faturamento do mês e apropria em seu resultado de acordo com o reconhecimento da receita mensal de cursos e pacotes em período de 12 meses. A Administração não identificou perda em seu estoque e considera o prazo de realização em doze meses.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de estoques de direitos autorais é de R\$ 7.162 (R\$ 8.415 em 31/12/2023).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

6.1. Participações em Investida

Em 2019 a Sisley adquiriu 32,5% de participação na Estratégia Educacional Participações S.A. ("Estratégia Educacional") por R\$ 97,5 milhões. Em 2021, a Sisley exerceu a opção de compra adicional e adquiriu mais 19% de participação da Estratégia pelo valor de R\$ 59.6 milhões, passando a ter o total de 51,5% de participação e assim adquirindo o controle da investida.

A Estratégia tem como objetivo desenvolver projetos na área educacional, possui como principais operações a venda de livros digitais (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on-line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo - SP.

Segue abaixo quadro demonstrando composição do ágio na aquisição do adicional dos 19% da Estratégia.

	100%	Adicional de 19%	Total Após o adicional 51,5%
Patrimônio Líquido Inicial	(36.686)	(7.350)	
Mais Valia das Marcas	43.972	8.355	24.423
Mais Valia dos Softwares	2.432	462	1.256
Mais Valia dos Direitos Autorais	73.445	13.955	39.140
Total		15.422	57.417
Valor pago pelas ações		(59.632)	(157.131)
Valor de Goodwill		44.210	99.715

O Goodwill refere-se ao valor pago a mais sobre o valor justo do Patrimônio Líquido da entidade adquirida, devido a uma expectativa de lucros futuros.

A Mais-Valia é amortizada de forma linear de acordo com o tempo de vida útil dos bens que tiveram mais-valia na apuração do valor justo dos ativos adquiridos na aquisição.

Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	DMPL Estratégia	Equivalência Patrimonial	Mais- Valia	Good-Will	Total
Saldo em 31/12/2022	(54.770)	(28.208)	54.819	99.715	126.326
Resultado do exercício	(287)	(148)	-	-	(148)
Integralização de Capital	-	-	-	-	-
Amortização de Mais-Valia	-	-	(3.692)	-	(3.692)
Instrumentos patrimoniais	286	147	-	-	147
Pgto. Contingência (Escrow)	-	-	-	(139)	(139)
Saldo em 31/12/2023	(54.771)	(28.209)	51.127	99.576	122.494
Resultado do exercício	53.776	27.695	-	-	27.695
Amortização de Mais-Valia	-	-	(3.692)	-	(3.692)
Instrumentos patrimoniais	294	151	-	-	151
Saldo em 31/12/2024	(700)	(363)	47.435	99.576	146.647

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos (Continuação)

Os principais saldos da coligada Estratégia Educacional Participações S.A., são os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante	155.694	197.599
Ativo não circulante	151.003	121.088
Exigibilidades	307.396	373.458
Patrimônio líquido negativo	(700)	(54.771)
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita líquida	378.097	285.462
Custo na venda e serviços	(102.053)	(88.580)
Lucro bruto	276.044	196.882
Despesas operacionais	(228.681)	(182.579)
Resultado não operacional	-	(29)
Resultado financeiro	(918)	(6.350)
Lucro antes dos impostos	46.445	7.925
Impostos sobre o lucro	7.331	(8.212)
Prejuízo exercício	53.776	(287)

6.2. Movimentação dos investimentos na Investida

Em 18 de dezembro de 2023, o Estratégia Concursos S.A. celebrou “Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária” com os sócios, da empresa Tutory Ensino Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.923.113/0001-20, por meio do qual:

(i) adquiriu 1.063 (mil e sessenta e três) Quotas, correspondentes a 35,44% (trinta e cinco vírgula quarenta e quatro por cento) da Participação Societária da Sociedade, pelo valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), pago na data de assinatura do Contrato, em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis; e

(ii) efetuou um investimento conversível em Participação Societária da Sociedade (culminando na celebração de um Contrato de Investimento Conversível, adicionalmente ao Contrato de Compra e Venda), no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), correspondentes a adicionais 13,56% (treze vírgula cinquenta e seis por cento) do capital social da Sociedade, sendo (a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), pagos na data da assinatura do Contrato, e (b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a serem pagos no segundo aniversário da data de assinatura, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, antecipar, total ou parcialmente, tais valores.

A compra e venda conjuntamente com a conversão do investimento em participação societária acima descritas dão ao Estratégia Concursos S.A. a participação de 49,02% das Quotas da empresa Tutory Ensino Ltda., não implicando, portanto, em controle societário. A Companhia classificou essa participação como uma joint venture, conforme preconizado no CPC 18, e registra esse investimento pelo método de equivalência patrimonial, sem consolidar seus ativos, passivos e resultados. A transação está sendo inicialmente contabilizada pelo método de aquisição preconizado pelos CPC 18 e CPC15.

Como parte dos termos acordados no “Contrato de Investimento e de Compra e Venda de Participação Societária”, a Estratégia Concursos S.A. possui uma opção de compra da participação remanescente que pertence aos sócios controladores de 50,98%. Esta opção de compra poderá ser exercida e o seu valor de mercado na data da aquisição é de R\$ 1.799 e encontra-se registrado na conta de “Instrumentos financeiros derivativo”.

A movimentação abaixo está relacionada à movimentação de investimentos na Concursos, onde a Estratégia possui 100% das ações e na Tutory, onde a investida possui 49,02% das ações. Refere-se ao saldo em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos (Continuação)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Concursos</u>	<u>Tutory</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(54.883)	-
Equivalência Patrimonial	(214)	(43)
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	286	-
Aquisição de investimento	-	128
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u>(54.810)</u>	<u>85</u>
Equivalência Patrimonial	53.780	78
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	295	-
Aquisição de investimento por equivalência	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(735)</u>	<u>163</u>

6.3. Movimentação das obrigações por cotas de fundo de investimentos

A movimentação abaixo está relacionada à consolidação do FIDC refere-se ao saldo em 31 de dezembro de 2024 das ações que não pertencem ao Estratégia (investida da Sisley).

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.374
Variações na amortização de cotas	(8.805)
Resultado do exercício FIDC	13.136
Eliminação – cotas do Estratégia	(19.400)
Saldo em 31 de dezembro 2023	<u>42.305</u>
Variações na amortização de cotas	1.689
Amortização de cotas	(18.969)
Resultado do exercício FIDC	6.695
IRRF come cotas	(447)
Eliminação – cotas do Estratégia	(3.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>27.377</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

A movimentação dos saldos de intangível da Companhia está demonstrado a seguir:

	Softwares	Direitos autorais	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Contrato de não competição	Ágio	Intangível em andamento (*)	Goodwill ("Estratégia")	Mais valia ("Estratégia")	Total
Vida útil média em anos	5 anos	10 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Histórico	1.070	28.134	1.037	-	-	-	24.632	99.715	64.373	218.961
Amortização acumulada	(821)	(6.487)	-	-	-	-	-	-	(9.554)	(16.862)
Saldo em 31/12/2022	249	21.647	1.037	-	-	-	24.632	99.715	54.819	202.099
Aquisições no período	1.161	664	-	797	594	33	-	-	-	3.249
Transferências	-	24.632	-	-	-	-	(24.632)	-	-	-
Baixas (Custo)	(1)	-	-	-	-	-	-	(139)	-	(140)
Amortização do exercício	(173)	(5.257)	-	-	-	-	-	-	(3.692)	(9.122)
Custo Histórico	2.230	53.430	1.037	797	594	33	-	99.576	64.373	222.070
Amortização acumulada	(994)	(11.744)	-	-	-	-	-	-	(13.246)	(25.984)
Saldo em 31/12/2023	1.236	41.686	1.037	797	594	33	-	99.576	51.127	196.086
Aquisições no período	-	1.188	-	-	-	-	44	-	-	1.232
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas (Custo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(359)	(5.351)	-	(100)	(119)	-	-	-	(3.692)	(9.621)
Custo Histórico	2.230	54.618	1.037	797	594	33	44	99.576	64.373	223.302
Amortização acumulada	(1.353)	(17.095)	-	(100)	(119)	-	-	-	(16.938)	(35.605)
Saldo em 31/12/2024	877	37.523	1.037	697	475	33	44	99.576	47.435	187.697

O Grupo efetuou a revisão de vida útil e não houve impacto para o ano de 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação dos saldos de imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Consolidado						Total
	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Equipamentos de Comunicação	Móveis e Utensílios	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros ^(a)	Imobilizado em Andamento	
Vida útil média em anos	10	5	10	10	25	-	
Saldo em 31/12/2022	2.317	2.841	719	365	9.451	-	15.693
Adições	815	242	553	72	252	-	1.934
Baixas	(62)	(4)	-	-	-	-	(66)
Depreciação do período	(384)	(951)	(676)	(104)	(427)	-	(2.541)
Saldo em 31/12/2023	2.686	2.128	596	334	9.276	-	15.019
Adições	656	758	-	79	110	8.033	9.636
Baixas	(8)	(7)	-	-	-	-	(15)
Transferências	-	-	-	-	8.033	(8.033)	-
Depreciação do período	(471)	(989)	(596)	(107)	(10.180)	-	(22.523)
Saldo em 31/12/2024	2.863	1.890	-	305	7.239	-	12.298

(a) As principais aquisições e projetos no ano 2024 estão relacionados à mudança de localização da matriz de sua investida, da cidade de São Paulo para a cidade de Barueri. O impacto é visto nas adições de benfeitorias em imóveis de terceiros na unidade de Barueri e o aumento na depreciação acumulada, pela redução da vida útil pela entrega do imóvel de São Paulo.

O Grupo efetuou a revisão de vida útil de seus ativos imobilizados conforme cada caso e não houve impacto para o ano de 2024. O Grupo apresenta resultados operacionais positivos, portanto, não há indícios de desvalorização do imobilizado.

O Grupo não possui ativos imobilizados para os quais tenha titularidade restrita ou que foram dados em garantia para passivos. Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direitos de Uso e Arrendamentos a Pagar

O Grupo arrenda edificações cujo prazo médio de arrendamento é de três a cinco anos.

A tabela a seguir demonstra a movimentação de direitos de uso e arrendamentos a pagar nos exercícios:

	Consolidado			
	Direito de Uso		Arrendamentos a Pagar	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	6.384	1.007	6.507	1.276
Novos contratos	2.964	6.582	2.964	6.582
Amortização / Juros Incorridos	(2.410)	(1.205)	760	262
Baixas	(715)	-	(928)	-
Pagamentos	-	-	(1.858)	(1.612)
Saldo Final	6.223	6.384	7.445	6.507
Cronograma				
Em até 1 ano			2.556	1.742
De 2 a 3 anos			3.537	2.732
De 4 a 5 anos			1.352	2.063
Circulante			2.556	1.742
Não circulante			4.889	4.765

As obrigações do Grupo são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados.

10. Empréstimos e Financiamentos

Em 2024 a Investida capitou um empréstimo de capital de giro com o Banco ABC com encargos financeiros indexados ao CDI mais 4,2% a.a, a ser pago em 48 parcelas mensais sendo a última em 2026.

As movimentações de empréstimos e financiamentos nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	10.541	15.000
Novas Captações	-	-
Encargos Incorridos	329	2.369
Amortização do Principal	(10.541)	(4.459)
Pagamento de Juros	(329)	(2.369)
Saldo Final	-	10.541
Circulante	-	4.865
Não Circulante	-	5.676

O Grupo efetuou a quitação, em março de 2024, de forma espontânea antecipada, financiada com a operação de antecipação de recebíveis com Bradesco, veja nota explicativa nº 4.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes Relacionadas

11.1. Mútuo com acionistas e investidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de mútuos a receber e a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Herber Felipe Araújo de Carvalho	-	-	14.452	13.727
Ricardo Vale Silva	-	-	16.460	9.958
Ricardo Torques	-	-	239	145
Roserval Costa Júnior	-	-	222	134
Wagner Damazio	-	-	193	117
Luis Eduardo Pereira	-	-	183	111
Fani Feitosa	-	-	121	73
Silvio Vranjac	-	-	88	53
Investimento Conversível Tutory	-	-	1.200	1.000
Total de Mútuos a Receber	-	-	33.158	25.318
Estratégia Educacional Participações S/A	42.698	25.832	-	-
Total de Mútuos a Pagar	42.698	25.832	-	-

A Companhia e a Investida acordaram um contrato de mútuo entre si, além desse contrato a Investida possui mútuos com os demais acionistas. Os mútuos com os acionistas têm prazo de 48 meses a serem liquidados em parcela única, e são remunerados conforme a variação da taxa do IPCA.

11.2. Remuneração da Administração

A Companhia efetuou o pagamento referente a remuneração da Administração que corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da Companhia em 2024 foi de R\$ 18 (R\$ 18 em 2023). A Investida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos administradores foram de R\$ 5.695 (R\$ 5.343 em 31 de dezembro de 2023), apropriados ao resultado nas rubricas “Pró-labore” e “Despesas com Pessoal”.

11.3. Instrumentos patrimoniais outorgados

A Estratégia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos executivos. Como o Estratégia optou pela outorga em Instrumentos Patrimoniais (ações) a contrapartida do lançamento da despesa é o Patrimônio Líquido a seu valor justo mensurado na data a outorga, obedecido o regime de competência.

Plano de opções de compras de ações Estratégia Educacional:

- Quantidade de ações: Contempla direito de compra da totalidade de 15.240 ações, sendo que 10.240 são do Tipo A e 5.000 do Tipo B;
 - Data da concessão (Grant Date): data da outorga das opções em 31 de março de 2021 e 02 de maio de 2023;
 - Períodos de maturação: Duas formas distintas: para a maioria dos beneficiários, 21% das opções podem ser vestidas imediatamente após a outorga, mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados da data da outorga, e o restante 30% podem ser vestidos a partir de 30 de setembro de 2024; (ii) na segunda forma de outorga, as opções poderão ser vestidas na proporção de 14% das ações após a primeira maturação, em 1º de fevereiro de 2022 e mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados a partir da primeira data de maturação, e o restante 30% poder ser vestidas a partir de 1º de fevereiro de 2026.
 - Datas máximas para exercício: O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 8 (oito) anos contados a partir da data de outorga;
- As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Causas Judiciais

12.1. Provisão para Contingências

A Investida da Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, que estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial.

Em bases periódicas, a administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas e ajusta as respectivas provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos externos e informações atualizadas disponíveis no fim de cada exercício, tais como a natureza dos processos, jurisprudências e a experiência em processos análogos.

No exercício de 2024, o Estratégia reverteu a totalidade da provisão que vinha sendo realizada, mensalmente desde 2020, referente às contribuições previdenciárias, decorrentes da contratação de prestadores de serviços para a área de Tecnologia da Informação (TI), com fundamento em avaliação jurídica a respeito da licitude das referidas contratações, seja com base na legislação aplicável, seja com base no entendimento jurisprudencial atual.

A cuidadosa análise realizada em conjunto com os nossos consultores jurídicos indicou a ausência dos elementos essenciais para a configuração de vínculo empregatício e de hipossuficiência dos contratados, caracterizando a prestação de serviços como atividade autônoma. Além disso, decisões judiciais recentes têm reafirmado a validade desse modelo de contratação, reduzindo significativamente o risco de autuações ou cobranças adicionais, não havendo, ainda, precedentes desfavoráveis à Companhia nas causas contra ela propostas, envolvendo a temática em questão.

Diante da fundamentação jurídica consistente e da provável chance de êxito em eventuais questionamentos administrativos ou judiciais, a decisão da Companhia corroborada com a opinião de seus assessores jurídicos entende como adequada a reversão da provisão anteriormente constituída e a desnecessidade de continuar realizando ditas provisões.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	39	12.363
Civil	47	46
Total	86	12.409

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	12.409	6.886
Adições	129	5.617
Pagamentos/baixas	(12.452)	(94)
Saldo Final	86	12.409

A Investida possui registrado no seu ativo não circulante saldo de R\$ 47, referente a depósitos judiciais trabalhistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Causas Judiciais (Continuação)

12.2. Processos com estimativa de perda classificada como possível

A Investida da Companhia possui ações de natureza trabalhista, fiscal e outras envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 140.784 em 31 de dezembro de 2024 (R\$115.455 em 31 de dezembro de 2023), o qual é demonstrado por natureza, como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cível	3.462	1.814
Trabalhista	2.584	2.321
Fiscal	134.738	111.320
Total	140.784	115.455

A Investida da Companhia é parte envolvida em algumas naturezas. As principais causas são:

- Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de multa isolada e juros pela falta de retenção na fonte e recolhimento do Imposto de Renda sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R\$ 23.802 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 22.218 em 31 de dezembro de 2023).
- Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Segurados e Multas Previdenciárias sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado é de R\$ 30.013 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 28.173 em 31 de dezembro de 2023).
- Continuação Processo Administrativo envolvendo os Autos de Infração nºs 006.848.707-0 / 006.848.708-8 / 006.848.709-6 / 006.848.710-0 / 006.848.711-8 / 006.848.712-6, que visam à cobrança de valores a título de (i) ISS acrescidos de multa de ofício no percentual de 50% do valor do tributo supostamente devido, bem como (ii) multa de 100% do valor do principal alegadamente devido pela suposta omissão de receita de prestação de serviços, todos relativos aos anos-calendário de 2018, 2019 e 2020. Os Autos de Infração tiveram origem na Operação de Verificação nº 3.926.208-1. Em síntese, a autoridade fiscal entendeu que a receita de venda de mercadorias, mais precisamente de livros digitais, deveria ter sido também oferecida à tributação pelo ISS. Preliminarmente, a empresa alega que houve decadência dos créditos de ISSQN relacionados a fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro a 5 de julho de 2018, consubstanciados no auto de infração nº 006.848.707. No mérito, sustenta que os créditos de ISS sobre venda de mercadorias consubstanciados nos autos de infração nº 006.848.707-0, 006.848.709-6 e 006.848.711-8 não são devidos, na medida em que os valores lançados como "Receitas" em seu SPED contábil representam corretamente o total da sua receita, composta por (i) vendas de bens e (i) prestação de serviços, e que a base de cálculo do ISS para os anos de 2018, 2019 e 2020 é composta pela exata parcela da receita vinculada à prestação de serviços. Subsidiariamente, alega a invalidade das multas por suposta omissão de receita veiculadas pelos autos de infração nºs 006.848.708-8, 006.848.710-0 e 006.848.712-6, em vista da inocorrência de omissão de receitas, da ausência de previsão legal para exigência cumulativa de multa de ofício e de multa por descumprimento de obrigação acessória e do princípio da consunção, ou, minimamente, a invalidade parcial das multas por alegada omissão de receitas, em decorrência do princípio da vedação ao confisco. Valor da causa atualizado R\$ 71.059 em 31 de dezembro de 2024 (R\$60.081 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos

13.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia está enquadrada no regime de tributação pelo Lucro Real. No exercício de 2024, não foram apurados saldos a recolher de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

	<u>2024</u>
Lucro líquido antes dos impostos e contribuições	23.072
(+) Adições	3.692
(-) Exclusões	(27.695)
	<u>(930)</u>

A Investida está inserida dentro do regime fiscal de lucro presumido, recolhendo imposto de renda e contribuição social com base nos respectivos faturamentos líquidos dos exercícios. A controlada da investida Estratégia Concursos está inserida dentro do regime fiscal de lucro real, recolhendo imposto de renda e contribuição social com base nos respectivos resultados fiscais dos exercícios.

A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social, efetiva e nominal, com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.445	7.925
Alíquota nominal	34%	34%
Créditos/débitos de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	(15.791)	(2.695)
Ativo diferido fiscal não reconhecido sobre diferenças temporárias	21.156	(3.896)
Diferenças permanentes indedutíveis	1.967	(1.621)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	7.332	(8.212)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.825)	(3.894)
Imposto de renda e contribuição social diferida	21.156	(4.318)
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	7.331	(8.212)
Alíquota efetiva	-16%	104%
Total	(272)	(213)

Em 31 de dezembro de 2024, a Investida possuía estoque de prejuízo fiscal de IRPJ R\$ 29.809 e base negativa de CSLL de R\$ 40.688 (R\$ 43.276 e R\$ 53.350 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente).

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, os saldos de ativo e passivo fiscal diferido são assim compostos:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízos fiscais acumulados	11.114	-
Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL	3.207	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	14.321	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenças temporárias para IRPJ e CSLL	(972)	(4.318)
PIS e COFINS sobre variações de cotas do FIDC	(140)	-
Total do Passivo Fiscal Diferido	(1.112)	(4.318)
Total dos Impostos Diferidos Líquidos	13.209	(4.318)

A Companhia avaliou a probabilidade de realização dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de lucro tributável futuro. De acordo com as estimativas, espera-se a recuperação integral do saldo reconhecido de prejuízos fiscais acumulados nos próximos anos. A administração revisa periodicamente essas projeções e, caso necessário, ajustará o saldo dos ativos fiscais diferidos para refletir mudanças nas condições econômicas e fiscais.

14. Receitas Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de receitas diferidas são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Livros digitais	240.489	248.087
Serviços prestados	22.319	20.198
Cancelamentos ^(a)	(34.528)	(20.076)
Total	228.280	248.209
Circulante	207.115	182.368
Não circulante	21.165	65.843

(a) Refere-se a cancelamentos por desistência de curso, aprovação em concursos ou migração para um outro produto que serão reconhecidos no resultado mês a mês anulando os respectivos reconhecimentos das receitas.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 com a subscrição de 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal no valor total de mil e duzentos reais totalmente integralizado por acionistas domiciliados no País.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 420, mediante a emissão de 420.000 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente integralizado em 23 de maio de 2019.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 12 de agosto de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 89.400, mediante a emissão de 98.400.000 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizado até 23 de agosto de 2019.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 60.423, mediante a emissão de 60.431.902 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, através da integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados ao longo de 2021.

Em 29 de junho de 2022, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 258 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido (Continuação)

Em 7 de julho de 2022, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 1.174 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 8 de julho de 2022, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 55 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 4 de agosto de 2022, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 150, à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 10 de março de 2023, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 110, à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 26 de setembro de 2023, os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 75, à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 01 de março de 2024, a Companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 1.823, mediante a emissão de 1.822.862 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, através da integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados anteriormente.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2024, a Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 25.252 e conseqüentemente o cancelamento de 25.252.082 ações emitidas, mediante a restituição ao único acionista Kalon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a redução de capital social em R\$ 15.151 e conseqüentemente o cancelamento de 15.151.249 ações emitidas, mediante a restituição ao único acionista Kalon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 120.672, referentes à 120.672.433 ações totalmente integralizadas.

Data da Assembleia	Quantidade de Ações	Capital Social
14 de novembro de 2018	1.200	1
20 de março de 2019	420.000	420
12 de agosto de 2019	98.400.000	98.400
30 de dezembro de 2021	60.431.702	60.432
01 de março de 2024	1.822.862	1.823
20 de março de 2024	(25.252.082)	(25.252)
16 de dezembro de 2024	(15.151.249)	(15.151)
Total	120.672.433	120.672

15.2. Reservas

A Companhia utilizou o lucro apurado no exercício de 2024 para absorver parcialmente o prejuízo acumulado de exercícios anteriores. Em razão disso, não houve destinação de lucros para reservas legais ou distribuição aos acionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional

Em 2024, as receitas operacionais são assim compostas:

	Consolidado	
	2024	2023
Livros digitais	416.062	315.280
Serviços prestados	51.060	52.659
Receita bruta	467.122	367.939
Impostos incidentes sobre vendas	(41.530)	(32.533)
Cancelamentos	(47.495)	(49.944)
Receita líquida	378.097	285.462

17. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação da despesa com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Direitos autorais	-	-	(28.526)	(26.342)
Serviços prestados	-	-	(51.708)	(42.286)
Outros custos diretos	-	-	(2.001)	(2.223)
Despesa com pessoal	(18)	(18)	(81.350)	(73.726)
Serviços de terceiros	-	-	(31.390)	(17.568)
Despesas com viagens	-	-	(2.834)	(873)
Despesas com marketing	-	-	(91.863)	(62.892)
Despesas administrativas	(254)	(195)	(12.237)	(11.129)
Depreciação e amortização	-	-	(20.682)	(8.960)
Outras despesas	-	-	(8.493)	(25.373)
Total	(272)	(213)	(331.084)	(271.329)
Custo de vendas e serviços prestados	-	-	(102.053)	(88.580)
Despesas comerciais	-	-	(13.633)	(9.601)
Despesas gerais e administrativas	(272)	(213)	(215.398)	(173.148)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

Em 2024, as receitas e despesas financeiras da Companhia são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	943	-	3.727	4.022
Juros ativos com partes relacionadas	-	-	2.735	188
Juros ativos na compensação de créditos de impostos	-	-	130	-
Descontos obtidos	-	-	39	1
Receitas financeiras	943	-	6.631	4.211
Juros de empréstimo e antecipação de recebíveis	-	-	(746)	(2.369)
Juros na operação de FIDC	-	-	(3.233)	(5.754)
Juros na operação com arrendamentos	-	-	(760)	(262)
Outras despesas financeiras	(1.602)	(701)	(3.469)	(2.877)
Despesas financeiras	(1.602)	(701)	(8.208)	(11.262)
Resultado financeiro líquido	(659)	(701)	(1.577)	(7.051)

19. Seguros

A investida da Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Coberturas	31/12/2024	31/12/2023
Garantia – Fiança locatícia	129.727	3.327
Patrimonial – Residencial/Empresarial	20.586	22.330
Equipamentos	-	186
D&O	40.000	-
Proteção de dados	20.000	-
Seguro de vida	8.400	-
Total	218.713	25.843

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos em curto prazo e longo prazo, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a pagar ou de gerenciamento de caixa, professores, autores, coaching e partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados com propósitos especulativos.

Nas datas dos balanços, controladora e consolidado, os saldos de ativos e passivos financeiros são:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	190	25.403	16.561	40.959
Contas a receber de clientes	-	-	115.385	140.672
Títulos e valores mobiliários	-	-	10.794	28.766
Partes relacionadas	-	-	75.856	50.149
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.352	1.799
Outras contas a receber	-	-	302	122
Total	190	25.403	220.250	262.467
Passivos Financeiros				
Fornecedores	-	1	14.284	17.561
Professores, autores e coaching	-	-	4.642	5.782
Arrendador a pagar	-	-	7.445	6.507
Outras contas a pagar	6	6	8.184	4.447
Participações a pagar	-	-	12	1.668
Empréstimos	-	-	-	10.541
Obrigações por fundo de investimentos	-	-	27.377	42.305
Total	6	7	61.944	88.811

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

- Risco de liquidez:** A administração elabora um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
- Risco de crédito:** A carteira de clientes da investida é composta significativamente por recebíveis de cartão e boletos junto a operadora de crédito. Os valores sem previsão de recebimento são integralmente provisionados. Para 31 de dezembro de 2024 e 2023 elas não possuem saldo de provisão para devedores duvidosos.
- Risco de variação cambial sobre exposição líquida:** Os recebíveis e fornecedores das companhias estão apurados e registrados em reais e não possuem risco de exposição a variação cambial.
- Risco de taxas de juros:** Os resultados financeiros da investida são afetados pela volatilidade das taxas de juros, especialmente em relação ao CDI. São representadas por saldos no ativo pela rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e no passivo pela rubrica "Obrigações por cotas de fundo de investimentos".

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2024, até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.